

10º Encontro da ABCP

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte, de 30 de agosto a 02 de setembro – 2016.

Área Temática: Comunicação Política e Opinião Pública

Título: MIDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMESTICO

Nome: Denise Maria Mantovani ^{1 2 3}

Instituição: Instituto de Ciência Política – Universidade de Brasília – IPOL/UnB

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília, com pós-doutorado pela mesma instituição/Capes, professora substituta do Instituto de Ciência Política, IPOL/Unb.

Email para contato: denisemantovani@yahoo.com.br.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1144246889458901>

² A discussão apresentada neste artigo é parte do Projeto de Pesquisa “Convergências na reprodução das desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira contemporânea” desenvolvida durante 2015 e 2016 pelo Grupo de Pesquisa Democracia e Desigualdades (DEMODE), vinculado ao curso de Ciência Política da Universidade de Brasília.

³ O texto conta com a co participação na elaboração, levantamento e análise dos dados de Renan Almeida, bolsista de iniciação científica e aluno da graduação em ciência política da UnB, participante do grupo de pesquisa Demodê (Democracia e Desigualdades) do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/Unb).

Resumo

O presente artigo discute a abordagem utilizada pelo noticiário jornalístico para tratar da regulamentação do trabalho doméstico. O intuito é refletir sobre a definição de sentidos e os estereótipos que tais narrativas podem reforçar, ou mesmo, neutralizar diante de enfoques selecionados para tratar do tema no noticiário. A difusão desigual e seletiva de acontecimentos, o desequilíbrio de vozes e representações sociais no noticiário, a tendência à homogeneização e a ênfase para determinados enfoques e atributos podem afetar a representação social no discurso público reproduzido pelo noticiário, o que torna uma questão de permanente relevância para o debate sobre os meios de comunicação nas democracias contemporâneas.

O texto pretende observar as posições de fala e as relações de poder presentes na narrativa jornalística a partir de uma amostra dos primeiros resultados de uma pesquisa empírica sobre a cobertura noticiosa envolvendo a proposta de Emenda Constitucional, conhecida como a “PEC das domésticas” e as conexões com questões como a divisão sexual do trabalho, subalternidade do trabalho doméstico e a reprodução de perspectivas sociais que reforçam desigualdades de gênero, raça e classe social. O artigo aborda essas conexões a partir da análise sobre os enquadramentos e as vozes que predominaram na temática sobre a regulamentação do trabalho doméstico em de três importantes veículos de comunicação do Brasil: *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal Nacional*.

As reflexões no artigo procuram apresentar alguns aspectos da pesquisa com a pretensão de explorar as dúvidas mais do que oferecer resultados definitivos. A hipótese que orientou a reflexão sobre a cobertura envolvendo a regulamentação do trabalho doméstico remunerado, a partir da análise da amostra observada, aponta para o que a teoria política crítica registra sobre os *media*: de que a representação da diversidade social presente no discurso jornalístico em geral é assimétrica e hierarquizada, uma vez que determinadas perspectivas sociais são retratadas de maneira a reforçar pressupostos e visões de mundo socialmente hegemônicas. Tais contextos, além de reforçar posições de subalternidade, naturalizam desigualdades de gênero e raça e classe social nas relações de trabalho. Pretendemos oferecer uma análise sobre o papel da mídia na politização de questões (GOMES, 2004) e na construção de sentidos que circulam pelo noticiário e seu impacto na naturalização de determinadas posições de poder.

Palavras-chave: mídia e política; democracia e desigualdade; gênero, raça, classe social; trabalho doméstico remunerado; teorias políticas feministas; teorias de comunicação; enquadramentos da notícia.

Introdução

O artigo pretende analisar como a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil foi tratada pela *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal Nacional*. Entendemos que esses veículos, por sua centralidade na definição da agenda dos acontecimentos e do impacto dessa construção na sociedade, permanecem como grupos com importância e capacidade de organizar o discurso público e propagar conteúdos de forma massiva (de acordo com sua perspectiva e visão de mundo), apesar da forte presença da internet e das redes sociais que pressionam essa centralidade nos dias atuais (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Partimos de um pressuposto que entende o campo jornalístico tradicional, com suas redes e conglomerados empresariais de comunicação, com uma função “orgânica” de dar coerência e homogeneidade aos acontecimentos, e enquanto subjetividade, o papel de “mantenedora das aparências da consciência moral” da sociedade (SODRE, 1996, p. 54). Tal característica dá à mídia um papel político, no sentido de um agente com importante função na definição não somente dos temas, mas das abordagens predominantes sobre esses temas, orientando interpretações, conferindo sentido às disputas (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 92), além de um papel na construção da realidade social uma vez que tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato para o mundo (BOURDIEU, 2007, p. 9). Esses elementos configuram um potencial organizador das relações cotidianas.

O trabalho empírico considera os enquadramentos, as vozes e as posições que orientaram o noticiário. Interessa para essa análise observar como os atributos, as imagens, as ênfases e ausências marcaram e definiram saliências e posições situadas (Goffmann, 2010 [1963], p.33) na construção narrativa. Na primeira parte do artigo apontamos alguns elementos sobre o papel da mídia e a construção de representações e estereótipos. Em seguida, o texto trata da discussão em torno das desigualdades de gênero, raça e classe social com ênfase para o debate sobre trabalho doméstico remunerado. A última parte trata da regulamentação do trabalho das domésticas contextualizado pela análise comparativa da cobertura noticiosa a partir dos resultados da amostra.

Como esse *paper* é parte de estudos em andamento, ressaltamos que os resultados dessa análise não são definitivos, mas um esforço de reflexão e argumentação teórica em torno de elementos empíricos pontuais.

Relações de poder e estereótipos na narrativa jornalística

Há uma compreensão presente entre estudiosos e pesquisadores de mídia e política que os meios de comunicação de massa possuem uma posição relevante no debate público,

sobretudo por sua capacidade de propagação e de organização de sentido para as ocorrências da vida cotidiana, que orientam a compreensão dos indivíduos sobre o mundo que os cerca. Entendido como um sistema de relações e de interação com outras esferas, o campo jornalístico é também um sistema de reconhecimento, de distribuição e de construção do capital simbólico, pois interfere na construção da imagem, além de conferir prestígio e visibilidade e definir os contornos do discurso social e político (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.18). Quanto mais distante o indivíduo estiver dos acontecimentos, maior será a orientação de sua compreensão do mundo a partir dos registros oferecidos pela mídia (McCOMBS, 2009, p. 94). Por essa razão, os indivíduos tendem a acolher como parte dos elementos a compor sua interpretação sobre o mundo aquilo que for selecionado e apresentado pelo campo jornalístico como relevante para prestar atenção. Da mesma forma, atribuições de status, valor e julgamentos pessoais podem ser reforçados a partir de posições estruturadas pela mídia, o que pode contribuir para reforçar, reacomodar ou mesmo reativar compreensões sobre o mundo social. O que é importante considerarmos para essa reflexão é a associação entre imagens construídas pela mídia, atores sociais, os papéis, as vantagens e desvantagens a eles associados.

Associado aos aspectos específicos do conteúdo de uma notícia que serão destacados e salientados na narrativa, efeitos adicionais podem orientar a percepção das pessoas. Isso nos remete a considerar aspectos presentes na teoria do *agenda-setting* e do enquadramento da notícia. Tanto a seleção do que será considerado notícia como os atributos utilizados para descrever esses objetos são papéis do agendamento (McCombs, 2009, p. 113). Em sistemas de mídia abertos e livres é relevante entender que a ênfase para determinados atributos podem orientar uma percepção seletiva para o que é destaque. Por sua relevância na produção simbólica dos sentidos, o campo jornalístico é sempre uma esfera importante a ser considerada nas reflexões sobre a produção de valores e conceitos que podem promover imagens e hierarquias, naturalizar desigualdades, legitimar posições socialmente dominantes, reforçar subalternidade de perspectivas e individualidades socialmente discriminadas. O sistema midiático, portanto, não apenas define o que será a agenda (o tema) a ser tratado, mas privilegia determinados esquemas narrativos para interpretar esses acontecimentos em detrimento de outros (MIGUEL, 2014, p. 143).

A ideia de que certos atributos funcionam como argumentos que marcam a abordagem de determinados temas permite considerar que certas formas de “enquadrar” o conteúdo organizam e estruturam “como nós pensamos” os temas públicos (McCombs, 2009, p.140). Esse mecanismo produz efeito na interpretação e compreensão dos acontecimentos. Por essa razão, o campo da mídia é considerado uma ator relevante na construção dos discursos públicos, na definição das controvérsias (e dos seus limites), bem como das perspectivas e de

que maneira estarão presentes no noticiário. Esses processos não são neutros, nem desinteressados e tampouco impermeáveis às tensões e conflitos na relação com outras esferas, o que muitas vezes também pode produzir ajustes na própria construção da notícia (MANTOVANI, 2016, p. 190).

Não pretendemos desenvolver em detalhes as discussões em torno do conceito de enquadramento no contexto da teoria do *agenda-setting*, mas para essa reflexão é importante situar que há uma co-relação entre esse conceito e os estereótipos construídos pelas narrativas jornalísticas. Para efeito da presente análise, é importante compreender os enquadramentos como um sistema que organiza o contexto em que os acontecimentos são retratados “por meio de seleção, ênfase, exclusão e saliência de determinados aspectos de uma realidade que promove uma interpretação, uma avaliação moral” (McCOMBS, 2009, p.137; ENTMAN, 1993, p.52; PORTO, 2004, p.80). Tal compreensão se associa à ideia de um sistema em que o status, os estereótipos e a construção de imagem são resultantes de saliências destacadas pela mídia para retratar o objeto.

Especificamente aqui, o foco é compreender os estereótipos enquanto atributos, ou “rótulos” (McCombs, 2009, p. 139) que auxiliam na organização, na descrição e na forma de interpretar o objeto retratado e funcionam enquanto sistemas que remetem à “posição dos indivíduos e grupos *nas relações de poder* nos campos da produção intelectual e da produção jornalística” (BIROLI, 2011, p.95). Um dos elementos característicos da atividade jornalística está na necessidade de “tradução” ou simplificação das ocorrências. Para isso, em geral jornalistas utilizam recursos simbólicos e de representação que auxiliam essa tradução. Conforme Biroli (2011) aponta, os meios de comunicação consistem numa arena na qual estão em disputa representações da realidade social, valores e julgamentos dessas representações de forma que determinadas tipificações utilizadas pela mídia possam ter como efeito potencial a “naturalização de determinados estereótipos” (idem, op.cit.p,95).

Nesse sentido, contribuições da crítica feminista a determinados padrões e comportamentos socialmente difundidos observam o quanto os meios de comunicação podem colaborar na perpetuação de visões que corroboram desigualdades de gênero, por exemplo, a partir da distinção entre público e o doméstico e a institucionalização das diferenças sexuais caracterizadas como “naturais” entre homens e mulheres (OKIN, 2008, p. 315). Na reflexão sobre sistemas de opressão que atuam sobre identidades e grupos sociais produzindo injustiças e desvantagens sistemáticas a pesquisadora estadunidense Iris Marion Young aponta estereótipos difundidos pelos meios de comunicação (nem sempre de maneira consciente e intencional), que “universalizam a experiência e a cultura de um grupo dominante e sua imposição como norma” (YOUNG, 2000, p. 103). Tais mecanismos operam no plano simbólico a partir da “universalização da experiência e da cultura de um grupo dominante com acesso

exclusivo e privilegiado de interpretação e comunicação [na definição de valores de] uma sociedade” (FRASER, 1987, apud, YOUNG, 2000, p. 103, tradução da autora), o que poderia ser incorporado aos “valores duradouros” definido por Herbert Gans (1979) e apontado por Timothy Cook para explicar valores específicos utilizados pelo jornalismo que sugere não somente o entendimento que jornalistas têm de como o mundo funciona, mas como o mundo *deve* funcionar (GANS, 1979, apud, COOK, 2011, p.207-08, *grifo do autor*).

Retornando à Young, as expressões culturais do grupo dominante estão amplamente disseminadas, de forma que “suas expressões culturais se transformam em expressões normais ou universais” (YOUNG, 2000, p. 103). Ou seja, os grupos culturalmente subalternizados “estão marcados por uma essência (...), com frequência ligados de algum modo aos seus corpos”. Experimentam uma opressão no sentido de uma definição construída de *seu lugar no mundo* a partir de estereótipos ou, então, por sua invisibilidade: “os estereótipos permeiam a sociedade de tal modo que não se percebe como questionáveis” (idem, 2000, p. 104). Esse aspecto é relevante para a presente discussão uma vez que a construção dos estereótipos na mídia são construções definidas “de fora” dos indivíduos, situadas por uma rede de significados dominantes proveniente de alguma outra parte, produzindo imagens e representações desses agentes. O trabalho doméstico e as características e estereótipos construídos para essa atividade econômica é um exemplo: atividade típica de mulheres e, em sua maioria, negras, reforçando um caráter de subalternidade de gênero, além do traço cultural escravocrata e classista. A partir desses aspectos é importante perceber que:

“uma visão tipificada da realidade social, especialmente os estereótipos dos grupos e indivíduos desigualmente posicionados em uma dada ordem social participaria da naturalização de arranjos e hierarquias existentes” (BIROLI, 2011, p.74).

Além do papel central na construção da agenda pública, a mídia atua na forma como atesta importância e posiciona os atores ao dar visibilidade para determinados padrões culturais. Esses mecanismos contribuem para a manutenção de uma pluralidade social seletiva, além de estruturar padrões de silenciamento ou uma interpretação do mundo social pela perspectiva dos grupos dominantes (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.54). Determinados discursos podem privilegiar certos valores e hierarquias sociais que justificam sistemas de dominação e de relações de poder.

Biroli (2011) oferece uma perspectiva de análise sobre o papel dos estereótipos enquanto “dispositivos cognitivos que funcionam como estruturas simplificadoras e facilitadoras para novas compreensões da realidade social e dos papéis sociais que cabem aos indivíduos”. No campo da mídia, “os estereótipos podem estar na base de

representações da realidade que são internalizados pelos indivíduos, orientando suas ações” (BIROLI, 2011, p.76). Ou seja, “podem estar na base das identidades e dos papéis sociais impactando relações afetivas e de poder”(idem, op.cit.). Os estereótipos, portanto, são peças do discurso jornalístico que funcionam como atalhos cognitivos para explicar o novo e, também, como peça de sustentação dos enquadramentos a partir da identificação com determinadas expectativas padrão. No entanto, isso não significa dizer que a experiência individual corresponderá a essas descrições. Conforme Biroli, “o problema dos estereótipos na mídia remete ao problema da pluralidade de enquadramentos e perspectivas que constituem o discurso midiático” (BIROLI, 2011, p. 95), das perspectivas e de suas posições socialmente situadas que predominam nos discursos midiáticos e que estão em permanente disputa sobre a construção das realidades sociais. Explicitam relações de poder e dominação e podem funcionar como elementos de sustentação da ordem e do *status quo* nas relações cotidianas.

Divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero, raça e classe

A discussão em torno de desigualdades e hierarquias de gênero, raça, etnia e orientação sexual remete às conexões de sistemas desiguais orientados por relações de dominação que se cruzam e produzem padrões de marginalização, opressão e exploração que afetam os indivíduos de forma diferenciada. São muitas vezes relações cotidianas a que grupos ou indivíduos estão submetidos por meio de restrições, constrangimentos, intimidação ou humilhações que degradam as agentes marcadas pelo sexo, pela cor, pela origem cultural ou social, pela situação econômica.

Injustiças culturais ou simbólicas estão vinculadas a padrões sociais de representação, interpretação e de comunicação (FRASER, 2001, p. 250). No caso de perspectivas de gênero ou de raça, por exemplo, ao difundir valores que naturalizam posições assimétricas, ou mesmo, ao representar essas perspectivas por meio de uma tipologia estereotipada, pode haver o reforço dessas assimetrias. A ideia de que cabe às mulheres a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e da família define situações desiguais e desvantagens entre homens e mulheres. Christine Delphy descreve o matrimônio como uma relação de classe a partir da apropriação e exploração (familiar-patriarcal) do trabalho doméstico (gratuito) exercido pelas mulheres que beneficia o homem sem que sejam remuneradas para isso e, conseqüentemente, não possuem valor de troca no sistema produtivo capitalista (DELPHY, 2015, p. 102).

A naturalização da separação entre o público/domínio civil e o privado/domínio familiar vem sendo objeto de ampla reflexão no pensamento político contemporâneo uma vez que questiona a doutrina central do princípio liberal de igualdade entre os indivíduos,

que, ao mesmo tempo, perpetua uma desigualdade e estabelece hierarquias aos papéis de gênero construídos no interior da vida familiar, jogando luz para múltiplas conexões entre os papéis domésticos das mulheres e a desigualdade e segregação a que estavam submetidas nos ambientes de trabalho, na sua socialização expondo aspectos de sua subordinação (OKIN, 2008, p. 313).

O capitalismo industrial promoveu os homens a “provedores” e as mulheres “cuidadoras”, estruturando a desigualdade por meio de hierarquias de gênero, raça/etnicidade e classe (BORIS, 2014, p. 102). Com a modernização das sociedades capitalistas, outro aspecto da dominação masculina se expressou com a institucionalização do trabalho da mulher fora de casa, mas continuou mantendo como “obrigações da mulher” as questões do lar (SAFIOTTI, 2013 [1969], p. 125).

Já na segunda metade do século XX, as lutas pela emancipação da mulher foram vinculadas ao valor do emprego fora de casa, rejeitando e desprezando a atividade doméstica, o que reforçou o impacto pernicioso e subalternizado para as atividades vinculadas ao trabalho doméstico e ao cuidado (BORIS, 2014, p. 105). A crítica a essa visão está expressa em Bell Hooks (2015) a partir do questionamento proposto pelas feministas negras⁴ com a pergunta: “quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa?”, expondo a crítica do movimento feminista negro para situações envolvendo, sobretudo mulheres pobres e não brancas. Hooks, com isso, chama a atenção para as hierarquias raciais e as conexões entre esse sistema de opressão vinculado à subalternidade produzida pelas hierarquias de gênero e classe. Há uma relação de poder constituída a partir da formação do sistema capitalista moderno, sendo a colonização o “lado oculto” dessa modernidade, que “produziu identidades raciais historicamente novas que passaram a ficar, por sua vez, associados a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 149).

O trabalho doméstico remunerado e as relações de poder

A literatura produzida por pesquisadoras do trabalho doméstico mostra que gênero, raça, etnia e origem geográfica são “atributos” naturalizados como preferenciais para o desempenho da atividade e, geralmente, vêm acompanhados de má remuneração, jornada de trabalho excessiva, e estruturadas em relações de exploração e desigualdades (BRITES, 2013, p.428). Bernardino-Costa (2015) chama a atenção para o fato de que, apesar de

⁴ Em 1963 Betty Friedan lança o livro “A mística feminina” que, em linhas gerais defendia que a emancipação das mulheres da opressão masculina passava pela desobrigação com as tarefas domésticas, valorizando como “trabalho o que se produzia fora de casa. O livro destituiu de valor o trabalho doméstico. Essa visão será criticada pelas feministas negras, além de outras correntes do feminismo, por ser uma perspectiva representativa de um grupo de mulheres brancas e de classe média, mas não condizia com a realidade e diversidade de grande parte das identidades e perspectivas de gênero. Hoje teorias feministas de diversas vertentes concordam com a crítica elitista do pensamento feminista liberal exposto por Friedan.

modificações ocorridas ao longo dos últimos anos, tais como a redução do trabalho infantil, número de trabalhadoras domésticas que dormem no domicílio, menor entrada de jovens de até 29 anos nessa ocupação, o trabalho doméstico continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, principalmente afro descendentes. Das 7,2 milhões de pessoas que ocupadas na atividade em 2009, 93% eram mulheres (6,7 milhões) e, dessas, 66,6% eram negras e 38,4% brancas (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 147). Segundo o mesmo autor, dados da OIT mostram o Brasil como o país do mundo com maior número de trabalhadores domésticos, apontando para isso fatores como a formação da sociedade brasileira, a ausência de serviços públicos como creches, escolas integrais, lavanderias públicas e a forte concentração de renda (idem, 2015, p.148). Dados sobre a pobreza apresentados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2014, apud, BIROLI; MIGUEL, 2015) mostram que, em 2013, mais mulheres (59,1%) do que homens (57,8%) se encontravam nos estratos mais pobres da população. No entanto, quando se observa a categoria “mulheres”, 45,9% das mulheres brancas estavam em condição de extrema pobreza e vulnerabilidade (44,9% são homens brancos), enquanto que com as mulheres negras o percentual chega a 70,9% (68,4% dos homens negros estavam nessa condição), mostrando o quanto a clivagem racial e de gênero exercem efeito conjuntamente sobre a desigualdade econômica (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 40-41).

Hierarquias de gênero e raça nas relações de trabalho historicamente produziram segregação e desigualdades salariais. O trabalho doméstico remunerado, desempenhado em grande parte pelas mulheres negras, impôs uma marginalização e subalternização que expõe uma realidade vivida desde a infância para muitas meninas (CALL, 2015). Há também uma divisão hierárquica intra gênero no trabalho doméstico: às mulheres patroas cabe a administração das tarefas domésticas e o cuidado dos filhos e às trabalhadoras o trabalho “sujo, perigoso e degradante” (HSIAO-HUNG PAI, 2004, apud, BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 153), estabelecendo marcos de desvalorização e subalternidade para quem o desempenha. O aspecto étnico-racial em que envolve o emprego doméstico remunerado é em grande parte marcado pelo estigma oriundo da escravidão e por relações “pater(mater)nalistas” (GEORGES, 2011, apud, PARADIS; SARMENTO, 2014, p. 11) onde as relações de trabalho misturam afeto, servidão, dominação, solidariedade, hierarquia e relações pessoais e trabalhistas. Além disso, as raízes racistas e patriarcais da sociedade brasileira ampliam a desigualdade entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres (XAVIER; WERNECK, apud, PARADIS; SARMENTO, 2014, p. 11).

Desde o princípio das sociedades liberais ocidentais, a divisão sexual do trabalho e a vinculação da mulher à esfera privada estabeleceram formas cotidianas de exploração e múltiplas jornadas às mulheres. Ainda nos dias atuais, na maior parte das situações,

compete às mulheres resolver incompatibilidades e sobrecarga provenientes da atividade no mercado de trabalho e as responsabilidades familiares, seja assumindo sozinha ou distribuindo entre outras mulheres (SORJ, 2013, p. 490), estabelecendo um acúmulo de desvantagens e isolamento nas experiências de socialização dessas agentes, aspectos centrais para a discussão sobre o conceito de “família” e as assimetrias de gênero, autonomia individual, justiça e instituições democráticas (BIROLI, 2013, p.134). Mesmo que o provedor do cuidado possa variar, a atividade está vinculada ao trabalho reprodutivo⁵ que geralmente é executado junto com outras atividades domésticas pela mulher (BORIS, 2014, p. 103), comportamento que reforça a ideologia dos atributos de gênero: “as mulheres cuidam, os homens são provedores”(ZELIZER, 2005, apud, BORIS, 2014, p. 109).

Essa distinção de funções, por exemplo, é claramente naturalizada e reproduzida pelo noticiário sobre a regulamentação da PEC das domésticas, estabelecendo um “círculo de reforço” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 54) às posições e relações existentes na vida privada, em que as tarefas domésticas (também marcadas por relações de classe e raça) são atribuições de mulheres. Nesse sentido, concordamos com a assertiva de que o discurso jornalístico é “um artefato moral” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 55) uma vez que a ideia de imparcialidade na construção da narrativa, “naturaliza juízos em relação a diferentes competências e habilidades entre homens e mulheres”, legitima hierarquias entre ricos e pobres e “universaliza pontos de vista de grupos privilegiados” (idem, 2011, p. 55).

Para finalizar esse tópico, porém, é preciso registrar que as conquistas que geraram a regulamentação do trabalho doméstico é parte de um processo de lutas, de resistência e de reconhecimento, articulado por grupos e pessoas que vivenciaram experiências de opressão, marginalização e exclusão social e, de forma coletiva, por meio da organização sindical, do movimento de mulheres, dos movimentos negros, movimentos feministas lutaram pela conquista do respeito moral e cultural de suas identidades. Um exemplo dessa trajetória de conscientização é Laudelina de Campos Mello, que viveu entre 1904 e 1991 e teve uma importância histórica tanto no movimento negro como o feminista no Brasil, sobretudo em defesa das mulheres negras e na luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, retirando o tema da invisibilidade e da marginalização (NOGUEIRA; JACINO, 2013, p. 288-289). O sentimento coletivo de injustiça e a conseqüente organização social marcam processos de resistência e de ressignificação de experiências de vida (HONNETH, 2003, p. 261). São processos em que membros de grupos sub-representados ou subalternizados constituem espaços públicos alternativos de argumentação e de

⁵ Eileen Boris (2014, p. 103) define o trabalho reprodutivo como atividades que transformam mercadorias compradas com um salário para manter o trabalhador e gerar futura força de trabalho por meio de nutrição, vestimenta, cuidado, educação e socialização, usualmente desempenhadas sem remuneração por uma mulher (nominada como “dona de casa”) ou pela trabalhadora assalariada.

circulação de contradiscursos (FRASER, 1999, p. 156) como forma de enfrentar as condições de subordinação e opressão.

PEC das domésticas e a abordagem na mídia: Análise dos dados

Até abril de 2013, as trabalhadoras domésticas brasileiras⁶ não possuíam os mesmos direitos e benefícios que os demais trabalhadores urbanos e rurais do país (ALMEIDA, 2016, p.02). A tematização do assunto na mídia no período de 2013 a 2015 foi motivada pela tramitação legislativa que começou com a Proposta de Emenda Constitucional nº 72, popularmente tratada pelo noticiário como a “PEC das domésticas” em abril de 2013.

Corpus e Metodologia – O trabalho metodológico consistiu em analisar os textos noticiosos que direta ou indiretamente trataram sobre a temática nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal Nacional* no período compreendido entre janeiro de 2013 até dezembro de 2015, ano em que foi sancionada pela Presidente da República a Lei nº 150 (01 de junho) que regulamentou o contrato para o trabalho doméstico no Brasil.

Para a definição do *corpus* de análise foram realizadas buscas nos sites de notícia dos três veículos mencionados utilizando as palavras-chave “PEC das domésticas”, “trabalho doméstico”, “trabalhador/a doméstico/a”, “emprego doméstico” e “empregado/a doméstico/a”. A seleção das matérias para compor o *corpus* seguiu o critério de possuir uma relação direta com o tema da pesquisa. Dessa forma, todas as matérias que abordavam ou mencionavam a PEC como parte importante do texto foram incluídas, assim como aquelas que discutiam questões relacionadas ao trabalho doméstico remunerado, de forma geral. Horóscopos, matérias não relacionadas ao tema e/ou que apenas citavam alguma das palavras-chave individualmente, mas que não estavam vinculadas ao tema foram desconsideradas.

Seguindo os critérios acima expostos, chegamos ao número de **128 matérias** na *Folha de S.Paulo*, a partir de um universo de 404 resultados obtidos com a busca no site das palavras-chave mencionadas. No site do *Jornal Nacional*, foram encontradas 20 reportagens, sendo que **18 matérias** foram incluídas no *corpus* de análise e duas excluídas por não se adequarem ao objeto de análise. No jornal *O Globo*, esse levantamento está em andamento. A estimativa é um número aproximado entre 150 a 200 textos válidos a partir de um universo total resultante da busca 1200 registros. Diferente dos outros veículos, o

⁶ Optamos por manter nesse texto o registro do gênero feminino para referir às trabalhadoras domésticas por se tratar de atividade que vem sendo desempenhada em sua maioria por pessoas do sexo feminino, conforme dados estatísticos apresentados nesse trabalho. O que não significa de forma alguma que os pesquisadores considerem ser essa uma atividade exclusiva de mulheres. Ao contrário, nosso objetivo nesse trabalho é revelar as formas de naturalização da divisão sexual e racial do trabalho doméstico como sistemas de legitimação de desigualdades estruturais.

sistema de busca do jornal carioca retorna com muitos textos repetidos, além de grande quantidade deles com menções às palavras-chave de forma isolada, tratando de outros assuntos que não o objeto da pesquisa. Para permitir uma reflexão teórica com um referencial empírico, optamos por selecionar uma amostra fechada de **58 textos noticiosos** provenientes do material nos jornais impressos (**19 textos** da *Folha de S.Paulo* e **21 textos** do jornal *O Globo*, num percentual médio de 15% para cada jornal), além da inclusão das **18 reportagens** veiculadas no *Jornal Nacional* em todo o período observado. O objetivo é permitir uma análise empírica indicativa das tendências de abordagens e enquadramentos presentes no noticiário. Por se tratar de uma amostra, consideramos importante reforçar que a análise desse trabalho não pretende ser definitiva, mas uma contribuição ao debate e estudos em andamento.

Foram estabelecidos três estágios de trabalho: a) busca e seleção das palavras-chave e elaboração do questionário, b) preenchimento de uma ficha-resposta para cada texto ou matéria jornalística; c) a observação consolidada dos resultados. Para a análise desses resultados está sendo utilizado o programa de software *Sphinx*, uma ferramenta que permite a observação cruzada de dados quantitativos e qualitativos. A ficha de resposta possui 29 questões padronizadas para permitir quantificar e qualificar os resultados, entre os quais: a) seção ou caderno em que o assunto foi tratado (primeiro caderno; cotidiano/Brasil; economia ou outro); b) espaço dedicado para o assunto (uma página, ½ ou ¼ de página), além da presença de fotos, gráficos ou infográficos; c) tipos de texto (reportagem, editorial, entrevista, coluna, artigo, notas de coluna); d) enquadramentos predominantes⁷; e) consequências apontadas no texto (que vão reforçar os marcos interpretativos presente nos enquadramentos).

Com a finalidade de observar a construção discursiva e as representações simbólicas serão observadas as vozes presentes nesse noticiário a partir da identificação das falas diretas (entre aspas) das personagens: patroas, o sindicato das patroas, as trabalhadoras domésticas, o sindicato ou federação das trabalhadoras domésticas, homens políticos (investidos de cargos), mulheres políticas (investidos de cargos), movimentos feministas/negros; advogadas/os. Pretendemos identificar os públicos vocalizados/silenciados em relação ao tema com o objetivo de avaliar a pluralidade das diferentes perspectivas sociais presentes no texto. Foram consideradas todas as vozes diretas presentes no texto (sem repetir a mesma).

Dados gerais

⁷ i) perspectiva econômica; ii) perspectiva das(os) empregadas(os) domésticas(os); iii) perspectiva dos patrões; iiiii) trabalho doméstico conectado ao racismo; iiiiii) trabalho doméstico conectado ao gênero; iiiiii) questões sociais e de classe.

Ênfase econômica - A amostra indica que os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* agruparam a temática na editoria econômica. Portanto, a ideia central que organizou o sentido da cobertura nas redações estava sob a ênfase econômica. Já as matérias do telejornal estão divididas por blocos de notícias e não acompanham as mesmas características de editorias dos impressos, por isso não foram consideradas nessa etapa. Outro dado geral que os registros compilados mostram é que a maior parte do agendamento do tema foi por meio de reportagens com 77% do material analisado (45 textos). Em seguida, o tema “trabalho doméstico” foi abordado em 05 editoriais (8%), sendo três deles destacando as medidas como uma conquista de direitos (*Folha de S.Paulo*) e dois destacando o aumento dos gastos dos empregadores, risco de desemprego e redução da formalização (*O Globo*). Chama a atenção, no entanto, que outros espaços de opinião nos jornais não foram mobilizados para o assunto. Foram somente dois artigos assinados (3%) em *O Globo* (um contra e outro a favor das medidas) e dois colunistas fixos (3%) na *Folha de São Paulo* (ambos enaltecendo a solução de uma dívida cultural com o passado escravocrata), o que permite considerar que o trabalho doméstico praticamente não mobilizou o setor de opinião e debates, tampouco articulistas e colunistas dos dois periódicos.

Dos 40 textos⁸ impressos que compõem o *corpus* de análise, o jornal *Folha de S.Paulo* tratou 68% de seus textos (13 dos 19 textos) no caderno “mercado”. Já em *O Globo*, 90% dos textos publicados foram na editoria “Economia” (19 dos 21 textos). Embora os jornais enaltecessem o avanço da legislação, é possível perceber que os textos “problematizam” o assunto sob o ângulo econômico, tratando desde o impacto financeiro para os patrões, os riscos de desemprego para os empregados, as mudanças nas relações entre patrões e empregados no âmbito da família, entre outros.

Veículos – enquadramento predominante

A análise cruzada entre veículos e enquadramento predominante identifica diferenças de abordagens nos três veículos. Enquanto a ênfase dos impressos estava voltada para o ângulo da economia, o telejornal enfatizou o que se costuma chamar no “jargão” jornalístico como matérias de “serviço”, concentrando os registros em “esclarecimentos sobre a legislação” (39% dos 18 textos veiculados no JN) e “procedimentos a serem adotados pelos patrões (33% dos 18 textos veiculados no JN)”. É possível considerar que a preocupação central foi orientar os patrões sobre como ficará o regime contratual com as novas medidas, conforme o quadro abaixo mostra.

⁸ Neste quadro, não foram computados os 18 registros de “não resposta” que referem-se ao o Jornal Nacional por não se adequar ao critério definido para as editorias dos jornais

Quadro 1

enquadramento predominante	questão econômica	questão de direitos das empregadas domésticas	questão de deveres dos patrões	questão de cuidado/afeto	trabalho doméstico e racismo	exercício do trabalho por mulheres	desigualdades sociais	esclarecimento sobre a legislação	consequências da extensão dos direitos	outro	TOTAL
Seção ou caderno											
Não resposta	2	3	6	0	0	0	0	6	1	0	18
Primeiro caderno (Poder, País)	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	5
Cotidiano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Economia/Mercado	6	5	2	0	0	1	0	6	12	0	32
outro	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
TOTAL	9	11	9	0	1	2	0	12	14	0	58

Na análise geral, os argumentos nos enquadramentos predominantes dividem-se em três eixos centrais: a) consequências da extensão do direito para os patrões e trabalhadores (24% com 14 textos); b) esclarecimentos sobre a legislação (21% com 12 textos); c) questão de direitos para as empregadas domésticas (19% com 11 textos). As “consequências com a extensão dos direitos” é o enquadramento que foca no impacto das medidas, ou seja, em atributos específicos, tais como, demissões, redução da formalização, encarecimento do trabalho doméstico, ou atributos positivos como a equiparação com outros tipos de trabalho e redução da exploração. A discussão econômica incorporou certos atributos ao seu conteúdo definindo “uma perspectiva dominante do objeto” ligando microatributos a macroatributos (McCOMBS, 2009, p. 139). É possível considerar que associado à temática econômica e às preocupações com o impacto para a classe de empregadores as abordagens também procuraram esclarecer as medidas e, ao mesmo tempo, valorizá-las como avanços. Questões de fundo como a desigualdade social e a temática do cuidado não foram registradas.

Quem fala nos textos e enquadramentos predominantes

O conteúdo produzido pelo noticiário pode desempenhar um papel político quando constrói uma realidade a partir de enquadramentos que reforçam determinadas posições ou grupos socialmente dominantes. As vozes presentes nos textos informativos permitem observar quem foi mobilizado para falar: quais as posições, perspectivas e lugares institucionais que foram selecionados para a construção do noticiário. Há uma compreensão de que os discursos formulados pela mídia tendem a legitimar relações de poder e hierarquias a partir das posições que essas perspectivas ocupam na narrativa. É claro que existem frestas pelas quais tensões e contradições se expressam e podem oferecer caminhos e questionamentos à própria estrutura de poder e dominação.

No entanto, quando observamos os discursos a partir das perspectivas vocalizadas observa-se a manutenção das estruturas de poder e hierarquia na maior parte das abordagens. Permanecem as assimetrias nas posições sociais e na delimitação da controvérsia em torno das medidas e dos avanços da legislação. As falas presentes nos textos em geral atuam para valorizar as novas regras, mas não se discute o *status* e os estereótipos associados às personagens, naturalizando as posições situadas e as relações de poder que se definem a partir dessas perspectivas. No quadro abaixo estão as vozes associadas aos enquadramentos predominantes. O objetivo é analisar o *contexto* em que as posições foram manifestadas enquanto “aspectos selecionados de um dado da realidade (...) [que podem] promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal (...)” (ENTMAN, apud, PORTO, 2004, p.82), organizando os significados e os sentidos para o registro.

Quadro 2

enquadramento predominante	questão econômica	questão de direitos das empregadas domésticas	questão de deveres dos patrões	questão de cuidado do/afeto	trabalho doméstico e racismo	exercício do trabalho por mulheres	desigualdades sociais	esclarecimento sobre a legislação	consequências da extensão dos direitos	outro	TOTAL
quem fala											
patroas	2	2	5	0	0	0	0	4	6	0	19
sindicato das patroas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trabalhadoras domésticas	4	2	2	0	0	0	0	2	3	0	13
sindicato ou federação das trabalhadoras domésticas	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	3
cuidadoras	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	4
homens políticos (investidos de cargos no legislativo)	1	0	1	0	0	0	0	5	0	0	7
mulheres políticas (investidos de cargos no legislativo)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
movimentos feministas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
advogadas/os	1	0	0	0	0	0	0	2	2	0	5
ninguém	1	4	1	0	1	1	0	1	3	0	12
poder executivo	1	3	3	0	0	1	0	5	0	0	13
judiciário	0	3	1	0	0	0	0	1	2	0	7
pesquisadores (as)	3	1	1	0	0	1	0	2	3	0	11
outros	5	1	4	0	0	0	0	4	4	0	18
TOTAL	18	17	19	0	1	3	0	28	28	0	114

Vozes institucionais - As vozes que deram sentido ao noticiário confirmam uma tendência da mídia de valorizar vozes institucionais (COOK, 2011, MIGUEL; BIROLI, 2011). O quadro indica uma distribuição de vozes (linha horizontal) entre patroas (19 registros), empregadas

domésticas (13) e poder executivo (13)⁹. No entanto, as vozes das empregadas domésticas em geral aparecem como fontes legitimadoras dos ângulos utilizados pelo noticiário, tanto impresso quanto telejornal. São personagens individuais que registram experiências de vida para enfatizar os benefícios da legislação, sem alterar os limites da controvérsia em torno do assunto. São testemunhos que reforçam a perspectiva da abordagem. São vozes populares que sustentam a cobertura de forma a reforçar os limites da discussão em torno de uma experiência situada. A controvérsia tem um caráter não conflitivo e os “dois lados” (patrões X empregadores) atuam no interior de uma moldura legitimadora das posições em questão. A expressiva presença de “outras vozes” (18 menções) estão presentes em enquadramentos que discutem o impacto econômico, os ajustes do mercado diante das novas obrigações dos patrões e oferecem alternativas para essa nova realidade. São fontes que representam empresas de serviços terceirizados, organizações não governamentais como “Instituto Doméstica Legal” ou organizações internacionais (OIT) que enfatizavam a mudança do perfil do trabalho doméstico e apontam para os serviços de diarista.

O parlamento no noticiário institucional – A amostra aponta uma baixa presença de vozes de políticos (homens), com 07 registros. Apesar de o projeto tramitar no Congresso, houve uma preponderância de manifestações do Executivo em relação ao Legislativo confirmando pesquisas anteriores que mostram um noticiário institucionalista (GOMES, 2008, apud, MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 144-145). É importante apontar que a PEC das domésticas entrou com mais intensidade na agenda da mídia em 2013 e 2015, quando da tramitação, aprovação e regulamentação das normas. Nessa pesquisa encontramos 13 registros de representantes do poder Executivo, advindas principalmente do Ministério do Trabalho e áreas afins.

A baixa presença das mulheres políticas – O que chama a atenção, no entanto, é que, dentre as vozes políticas, a presença das mulheres parlamentares foi residual na amostra (duas menções). Proporcionalmente, a presença no noticiário dos parlamentares masculinos é mais que o dobro das mulheres parlamentares (07 a 02). A concentração em personagens predominantemente masculinos na cobertura política reforça uma posição de subalternidade das mulheres na política institucional e legitima estereótipos de gênero em que a caracterização das mulheres costuma ser desvantajosa, ao associar a imagem das mulheres a papéis tradicionalmente associados a elas. Ou seja, reforça o estereótipo de que mulheres não são próprias para a atividade política. Se tomarmos como referência a PEC das domésticas, em que houve forte mobilização de parlamentares mulheres principalmente

⁹ O termo “ninguém” refere-se aos textos noticiosos ou artigos, colunas, editoriais em que não houve fala direta.

dos partidos de esquerda para sua tramitação no Congresso (reforçadas pela atuação dos movimentos sociais, movimentos feministas, movimentos feminista negro, movimento negro), a ausência das parlamentares mulheres do protagonismo público no noticiário é um contraste que reforça a crítica de que a mídia “colabora para a marginalidade das mulheres na política e reforça estereótipos de gênero” (MIGUEL, BIROLI, 2011,p. 157).

A ausência dos movimentos sociais – A pouca representação do sindicato das trabalhadoras domésticas (duas menções), dos movimentos feministas (zero), dos movimentos (feministas) negros (zero) nas falas é outro fator que reforça essa perspectiva analítica. Como visto na primeira parte desse artigo, esses grupos tem sido historicamente responsáveis por grande parte da mobilização para os avanços na regulamentação do trabalho doméstico remunerado. Podemos considerar que a ausência dessas vozes é uma forma de enquadramento produzida pela *não presença* de perspectivas sociais afetando a pluralidade e a compreensão dos diversos matizes que envolvem a questão. Não foram encontradas matérias que tratando do racismo e a subalternização da atividade ou mesmo as hierarquias de gênero e de classe enquanto sistemas que estruturam as relações no âmbito do trabalho doméstico, o que corrobora a completa ausência de vozes dos movimentos feministas ou dos movimentos negro e feminista negro no material analisado.

CONCLUSÃO

Neste artigo procuramos mostrar por meio de uma análise teórica e empírica sobre o tratamento dado pela mídia para a temática do trabalho doméstico e como determinados discursos propagados podem privilegiar certos valores e hierarquias sociais que podem justificar e naturalizar sistemas de dominação e de relações de poder. Neste caso, a percepção colhida a partir das reflexões teóricas e a observação empírica permitem considerar que a narrativa construída em torno da regulamentação do trabalho doméstico no que tange aos enquadramentos e os estereótipos são de que o status das “mudanças” esteve definido em torno de uma esfera de controvérsia delimitada. As estruturas e hierarquias de classe, gênero e raça presentes na temática sobre o trabalho doméstico remunerado não foram confrontadas.

Muito embora parte importante dos textos da amostra aponte para um noticiário descritivo sobre a nova legislação (20%), os textos com enquadramentos em que predominaram aspectos econômicos com ênfase para consequências aos patrões com impacto sobre o emprego e a formalização (43%) estruturaram uma forma de pensar o assunto a partir da perspectiva da classe média empregadora.

Ao observar esse mesmo noticiário sob a perspectiva dos estereótipos entendidos como “atalhos cognitivos” que atuam enquanto “peças de sustentação dos enquadramentos”

e, elementos “auxiliares na identificação de grupos sociais” (BIROLI, 2011, p. 95) percebemos que esses estereótipos colaboraram para a naturalização de imagens sem problematizar identidades, reforçando, assim perspectivas hegemônicas e papéis hierarquicamente posicionados nas relações de poder como foi observado nos papéis das patroas/empregadas e a ausência da presença masculina nessa discussão, a não ser nos “papéis tradicionais para homens”, na esfera política. O espaço definido para essa controvérsia não incluiu agentes ou temas que permitissem discutir desigualdades e sistemas de opressão estruturados socialmente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renan da Silva. Trabalho doméstico e mídia: abordagens sobre a regulamentação. Pôster apresentado no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Sociedade e Estado, vol.30,n1, janeiro/abril, 2015. p. 147 – 163.

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdade de Gênero. Contribuições do feminismo para a crítica democrática, Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013.

_____ Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução de estereótipos no discurso jornalístico. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, Brasília, julho/dez 2011, p.71 – 98.

BIROLI, Flavia; MANTOVANI, Denise M. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura do Programa Bolsa Família e as eleições de 2006.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, L.Felipe. Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações Revista de Ciências Sociais, Londrina, Paraná, vol.20, n.2, 2015. p. 27-55.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. Trad. Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v.26, n.1, junho de 2014, p. 101-121.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 11ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

_____ sobre a televisão. Rio de Janeiro, Ed:Jorge Zahar, 1997.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. Cadernos de Pesquisa, v.43, n.149, maio/ago 2013, p. 422-415.

CALL, Danila. Relações de poder e sujeitos subalternizados na mídia: reflexões a partir do caso do trabalho infantil doméstico. Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, GT, Mídia, Política e Eleições, Caxambu, Outubro de 2015.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. Revista Brasileira de Ciência Política, n.6, Brasília, Julho/dez 2011, p: 203-247.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Revista Brasileira de Ciência Política, n.17, Brasília, maio/ago 2015, p. 99-19. Disponível no scielo.

ENTMAN, Robert. *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*, *Journal of communication*, 43 (4), autumn 1993, p. 51 – 58.

FRASER, Nancy. *Repensando La esfera publica: uma contribucion a La critica de La democracia actualmente existente*. *Equador Debate, Publicacion del Centro Andino de Accion Popular – CAAP*, Quito, Equador, n.46, abril de 1999. p. 139 – 173. Disponível no endereço: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/5760/1/RFLACSO-ED46-08-Fraser.pdf>

_____ Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista. IN: SOUZA, Jessé (org). *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília: Editora UNB, 2001, p. 245 – 282.

GOFFMAN Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução: Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva, Petropolis, Riode Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo, ed. 34, 2003.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, n.16. Brasília, janeiro/abril de 2015, p. 193-210. Disponível no scielo.

INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL. IN: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. J. A.(orgs). Porto Alegre: Sulina, 2011.

MANTOVANI, Denise M. O aborto nas eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição dos discursos conservadores. IN: BIROLI, Flavia; MIGUEL, L. Felipe, 1ª ed, São Paulo: Alameda, 2016, p. 189 – 216.

McCOMBS, Maxwell. A teoria da Agenda, a mídia e a opinião pública, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIGUEL, L. Felipe. Democracia e Representação: territórios em disputa, 1ª edição, São Paulo: Unesp, 2014.

MIGUEL, L. Felipe, BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia, São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

NOGUEIRA, Maria Julia; JACINO, Hakon. A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho. IN VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs), São Paulo: Ed. Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013, p. 279 – 290.

PARADIS, Clarisse G.; SARMENTO, Rayza. A PEC das domésticas e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho feminino. Trabalho apresentado no 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdade, Universidade de Brasília, Brasília, maio de 2014.

OKIN, Susan Moller. O gênero, o público e o privado. Revista Estudos Feministas, n.16 v.2, Florianópolis, 2008, p: 305 – 332.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. IN: RUBIM, Antonio A. (org). Comunicação e Política, conceitos e abordagens. Salvador: Ed. Edfuba, agosto de 2004, p. 73 – 104.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Mito e Realidade, 3ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed: Vozes, 1996.

SORJ. Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. Cadernos de pesquisa, v.43, n.149, maio/ago de 2013, p. 478-491.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YOUNG, Iris Marion. *La justicia y la politica de la diferencia*, Madrid: Ed Catedra, Universidad Valencia, 2000. Cap 2: *Las cinco caras dela oppression* (p.71 – 113).